

Encontros possíveis para pensar o Sul: Pablo Gonzáles Casanova, Rodolfo Stavenhagen, Orlando Fals Borda e Norbert Elias.

Maria José De Rezende.

Cita:

Maria José De Rezende (2021). *Encontros possíveis para pensar o Sul: Pablo Gonzáles Casanova, Rodolfo Stavenhagen, Orlando Fals Borda e Norbert Elias. XIV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-074/82>

Encontros possíveis para pensar o Sul: Pablo Gonzáles Casanova, Rodolfo Stavenhagen, Orlando Fals Borda e Norbert Elias

Maria José De Rezende
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
Docente-Investigadora na Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Introdução

O objeto desta investigação são os constructos emocionais que ajudam a sustentar as práticas reforçadoras do colonialismo interno estudado pelos cientistas Pablo Gonzáles Casanova (1993; 1998; 2007; 2015), Rodolfo Stavenhagen (1965; 1984; 1998; 2011) e Orlando Fals Borda (1956; 1985; 1988; 1990; 2007; 2014; 2015; 2017; 2017^a). Parte-se do pressuposto de que tais modelos mentais têm eternizado e renovado, seguidamente, as condições reforçadoras do colonialismo interno, constituinte e constituído de uma maneira de estar no mundo que têm contribuído, sobremaneira, para a renovação das condições garantidoras da manutenção de lógicas configuracionais (Estado e instituições políticas diversas, organizações econômicas e educacionais, associações diversas, entre outras) empenhadas em sustentar ações, práticas e procedimentos que dão sobrevida a toda forma de violência e exclusão.

Privilegiaram-se estes três pensadores porque eles sistematizaram os elementos possibilitadores de uma compreensão profunda dos aspectos racionais e irracionais (ou emocionais) que eternizam as práticas sociais denominadas colonialistas internas. Acredita-se ser possível encontrar, em seus escritos, informações sobre os elementos irracionais que servem de escoras para a permanência de práticas coloniais interiorizadas no âmago da vida social de cada país da América Latina, ao longo de um processo histórico ampliado.

Considera-se que Norbert Elias (1991; 1994; 1994^a, 1998, 1999, 2001, 2001^a, 2001^b, 2006, 2006^a, 2006^b), com seus estudos sobre o papel destrutivo e perigoso - para o tecido social como um todo - dos sentimentos de ódio, de repulsa e de desejos de subjugar o outro, oferece também um caminho viável, como o fazem os três outros pensadores contemplados neste estudo, para entender o colonialismo interno e a sua manutenção ancorada tanto em elementos emocionais e irracionais quanto racionais.

Serão dados destaques aos traços psicossociais que estão presentes nos textos dos três pensadores latino-americanos. As sistematizações e análises de tais caracterizações imateriais e simbólicas contarão com a ajuda das proposições de Norbert Elias, as quais

deram ênfases a determinados processos emocionais e as suas tessituras compostas de fios tão fortes que acabam por dar suporte à exploração, exclusão, subjugação, estigmatização, discriminação e difamação de grupos étnico-raciais inteiros.

A promoção do encontro entre estes três cientistas latino-americanos e Norbert Elias visa tanto assinalar que aqueles primeiros se ativeram a essa dimensão irracional (ou emocional) da vida social que mantém a eternização de sofrimentos individuais e coletivos extremos de pessoas e grupos étnicos e sociais amplíssimos quanto ressaltar a fecundidade desse encontro, uma vez que Elias decifrou os ódios e as repulsas que comandam atitudes perenizadoras de condições sociais difícilíssimas para as demandas e as aspirações de certos grupos que têm de levar em conta, nos seus duríssimos processos de resistência, um constructo mental dos setores preponderantes dispostos a anular, de diversas formas, as suas reivindicações de melhorias sociais e políticas. Tal ação de anular é, muitas vezes, respaldada por fatores não somente racionais, mas também irracionais de todo tipo e características.

2. Os aspectos irracionais ou emocionais do colonialismo interno: tecendo um diálogo entre Casanova, Stavenhagen, Fals Borda e Norbert Elias

Estes três pensadores têm alertado para as dificuldades de compreender os problemas das sociedades latino-americanas por meio de perspectivas etnocêntricas, egocêntricas e eurocêntricas. Eles estão em busca de uma ciência contextualizada e não-submissa ao que tem sido produzido no Hemisfério Norte. Fals Borda (2004) produziu, juntamente com o biólogo Luís Eduardo Mora-Osejo, um manifesto intitulado *La superación del Eurocentrismo Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical*. Nele é discutida a necessidade de que “os marcos de referência científicos, como obra de humanos, se inspirem e se fundamentem em contextos geográficos, culturais e históricos concretos” (Fals Borda; Mora-Osejo, 2004, p.7).

Tinham essa mesma posição, ainda que com algumas diferenças, Pablo Gonzáles Casanova e Rodolfo Stavenhagen. Eles também estavam empenhados em buscar uma ciência que levasse em conta um contexto étnico-racial singularizado por modos de vida, mentalidades, saberes, crenças, valores, formas de estar no mundo e de produzir a própria existência. Os dois destacam as consequências dos saberes descontextualizados não só no campo científico, mas também no campo técnico e de planejamentos de políticas de modo geral. Em tais políticas de Estado, por exemplo, muitos grupos étnicos, conforme diz Rodolfo Stavenhagen (1984), foram-inteiramente esquecidos.

Quando não esquecidos, eram submetidos a integrações forçadas que tentavam apagar as suas identidades e seus modos de viver e pensar. Muitas teorias, segundo ele,

foram manipuladas, no âmbito de políticas de Estado, para forçar processos de modernização assentados no apagamento das diversidades étnicas, raciais e culturais. Ocorrem, como consequência disso, diz Casanova (2007, p.2), processos contínuos e sempre renovados de reforçamentos “das estruturas coloniais internas”.

Esses elementos são mais do que suficientes para explicitar que os escritos destes três pensadores não serão postos à luz das análises elisianas, ou seja, numa relação de superioridade e inferioridade analítica e, muito menos, se está considerando a necessidade de complementar as suas reflexões com elementos extraídos da abordagem de Norbert Elias.

Demonstrar-se-á que muitos pontos das reflexões deste último, no concernente à importância dos elementos irracionais ou emocionais para a análise sociológica, estão em sintonia com as reflexões dos cientistas sociais selecionados para este estudo. Ao atribuir uma importância ímpar aos aspectos psicossociais do colonialismo interno, os autores latino-americanos destacam que não só de elementos racionais se sustenta essa forma de organização social.

A sua perenização, densidade e capacidade de reprodução estão também ligadas a uma mentalidade alicerçada em sentimentos de ódio, discriminação e preconceitos de toda a natureza. Elias demonstrou o quanto tais condições emocionais dos detentores do poder de decisão, muitas vezes apoiados por vastos estratos populacionais que compartilham os mesmos sentimentos de repulsa por determinados segmentos, são capazes de arrasar a vida de grupos étnicos, sociais ou raciais inteiros.

Os cientistas latino-americanos, destacados neste estudo, indicam que são muitos os fatores irracionais e emocionais que governam o modo de ser e agir dos setores preponderantes no continente. Tais fatores se expressam de muitas maneiras, de muitas formas. Entre eles, pode-se citar a desqualificação de grupos sociais e étnicos, que tem sido cultivada através dos tempos.

Os segmentos estabelecidos¹ geram, seguidamente, suspeitas sobre os saberes, os conhecimentos, as crenças, as habilidades, as capacidades de entender e ler o mundo que possuem alguns segmentos étnico-raciais, para superar obstáculos e circunstâncias adversas. Alguns analistas podem dizer que tais suspeições são irrelevantes. Mas não o são. Manuel Bomfim (1993) e Alberto Guerreiro Ramos (1957; 1960), aquele no começo e este em meados do século XX, já chamavam a atenção para os efeitos negativos, para diversos agrupamentos sociais, desse tipo de mentalidade.

¹ Utiliza-se aqui a denominação estabelecido, com inspiração em Norbert Elias, para designar aqueles segmentos que têm acesso às disputas pelo poder e podem, assim, participar da contenda.

Norbert Elias (1998) destaca que tais suposições condenatórias e negativas que alguns grupos alimentam em relação a outros são, muitas vezes, passadas de geração a geração, produzindo, em uns, sentimentos de superioridade, de orgulho, de alta estima, de regozijo e, em outros, sensação de inferioridade, baixa estima e incapacidade. Tais sentimentos, profundamente internalizados, vão se perpetuando e gerando repulsas e condenações que potencializam violências e extermínios de povos inteiros. Na América Latina, Pablo Gonzáles Casanova (2007; 2015) e Rodolfo Stavenhagen (1984; 1998) demonstraram como isso tem ocorrido em relação aos indígenas do continente.

Ocorre dessa maneira porque “a situação econômica, política, social e cultural [desses grupos] é regulada e imposta, na maioria das vezes, pelo governo central” (Casanova, 2007, p.2). Não se deve desconsiderar que “os colonizados internos são raças distintas da que domina o governo nacional” (Casanova, 2007, p.2). Tais grupos étnico-raciais são tidos como inferiores. Isso acabou se institucionalizando na América Latina e gerou e perpetuou todo tipo de sentimento de repulsa e desqualificação pelos colonizados internamente. A ideia de “inferioridade congênita dessas populações” (Casanova, 2007, p.10) originárias é prova disso.

Orlando Fals Borda (2004; 2014) demonstra que esses sentimentos de superioridade em relação ao pertencer a um dado grupo, ao saber e conhecer determinadas coisas, operam para evitar tanto o reconhecimento de que existem tipos e formas distintas de conhecimento, de resistências e lutas políticas, quanto a descentralização do poder político. O sentimento de superioridade tem um fim prático: subjugar e submeter o outro (o diferente) a toda forma de arbitrariedade. Os elementos irracionais ou emocionais são, então, postos, a serviço da opressão, da exploração, da dominação. Como afirma Fals Borda, afastam, assim, a possibilidade “de participação horizontal sujeito-sujeito” (Fals Borda apud Fernández, 2017a, p. XV).

Isso ocorre mesmo que os indígenas, por exemplo, reivindicuem autonomia a partir de muitas formas de resistência. Não são poucas as lutas e as formas de resistência dos colonizados internos, ao longo da história (Casanova, 2007), mas, apesar disso, os interesses políticos e econômicos (as racionalidades²) e a condição emocional (as irracionalidades externalizadas por desqualificações e objeções de toda natureza) dos grupos preponderantes continuam, por séculos, dando lastro à ideia de que alguns grupos são incapazes e devem ser tutelados. Não obstante, o colonialismo interno “não é só dominação e exploração (...) é também resistência e libertação” (Casanova, 2007, p.8).

² Os muitos interesses econômicos e políticos, mantenedores do colonialismo interno e externo (Casanova, 2015), podem ser facilmente verificáveis pelo modo como se têm combinado na América Latina, desde muito tempo, “o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado” (Casanova, 2007, p. 8).

E, por falar em processos de lutas das diversas etnias, Pablo Gonzáles Casanova (2007) afirma que é prevalecente uma mentalidade, não só entre os setores dominantes, mas também entre muitos outros segmentos, inclusive de esquerda e progressistas de maneira geral, de desconfiança diante das lutas étnicas. A desconfiança, a objeção e o enfeitamento são estados emocionais e subjetivos que revelam que relações coloniais internas e o estado cognoscitivo delas derivadas têm estado presentes nas ações e nas práticas mesmo daqueles agrupamentos que se definem como defensores da democracia (Casanova, 1993).

Muitas vezes, o que se opera, de fato, com as propostas de construção democrática, ao acenar-se para a inclusão de etnias diversas, é uma mistificação de tais grupos. Casanova (2007, p.6) indaga: Quando governantes, políticos ou outras lideranças falam em criar uma “República dos Índios” o que eles querem dizer? Há aí uma mistificação das muitas nações indígenas, o índio mumificado e representado, premeditadamente, como homogêneo em sua vivência material e imaterial.

Quanto mais autoritários são os governos latino-americanos, mais “são eles inflexíveis com os colonizados internos” (Casanova, 2007, p.3). A pergunta que se deve fazer é a seguinte: Como os mandatários encontram apoio às suas ações e medidas brutais contra as populações mais vulneráveis e que, muitas vezes, fazem parte de grupos étnico-raciais subjugados?

Norbert Elias (1991; 1998) considera que não se pode entender a obtenção desse apoio levando em conta somente os elementos racionais (interesses econômicos, políticos e sociais diversos), pois os fatores emocionais estão fortemente envolvidos no modo como uma parte expressiva da população considera correta toda rigidez contra os indígenas, os negros, os migrantes, os pobres e os vulneráveis de modo geral. O apoio assenta-se tanto no sentimento de repulsa e suspeição quanto no de superioridade de alguns grupos sobre os demais. Os componentes emocionais dão suporte a essas suposições.

Note-se que, nas obras de Gonzáles Casanova, só é possível atingir os elementos emocionais por meio de uma análise pormenorizada de suas reflexões sobre os sistemas de dominação, de exploração e de exclusão. Mas não só, pois suas discussões sobre os processos de lutas e de resistências étnicas, bem como sobre as formas de repelimentos a elas, pelos segmentos preponderantes, trazem embutidas causas racionais e irracionais. Como assinala Elias: “(...) os grupos humanos parecem ter o estranho prazer de afirmar sua superioridade sobre os outros, sobretudo se ela foi obtida por meios violentos” (Elias, 1998, p.17).

É possível verificar as consequências sociais e políticas destrutivas “do prazer que as pessoas experimentam com a sensação de que o grupo a que pertencem é superior aos

outros” (Elias, 1998, p.17). Esta averiguação só é possível se forem levados em conta “o aspecto emocional das relações entre grupos e os perigos a elas inerentes” (Elias, 1998, p.17).

A difamação, a estigmatização, a repulsa e o ódio, que são sentimentos irracionais, ou estados emocionais, em situação de extremos “desequilíbrios de poder” (Elias, 1998, p.18), como ocorre na América Latina, são altamente destrutivos, pois que inexistente a possibilidade de “os grupos difamados poderem retaliar, usando seus próprios termos estigmatizantes” (Elias, 1998, p.18). É por essa razão que se vai sedimentando a desqualificação de alguns grupos étnicos e raciais.

Quanto mais concentrados o poder, a renda e os recursos, mais esses sentimentos destrutivos tornam-se inextinguíveis. Tais estados emocionais cindem as sociedades latino-americanas, não deixando formar “uma identidade-nós” (Elias, 1998, p.18), que somente seria possível caso houvesse empatia entre os grupos constituidores de uma dada nação. Sem empatia, sobram os estados de subjugação e de opressão. Revelam-se, assim, “as raízes dos perigos que os grupos humanos constituem uns para os outros” (Elias, 1998, p.19).

É interessante destacar que, na fala de Orlando Fals Borda, é visível que a IAP (Investigação-ação participante) é uma forma, tanto no campo teórico quanto no campo prático, de dismantelar um sentimento arraigado de preconceito e de desprezo que os segmentos dominantes, dirigentes e intermediários nutrem em relação aos demais setores sociais. De uma forma ou de outra, a pesquisa-ação, ao revelar saberes, conhecimentos e percepções dos camponeses e dos indígenas, desmascarava as pretensas superioridades dos grupos que preponderavam na cena econômica e política.

A pesquisa-ação pode produzir conhecimentos reveladores de que “frequentemente as virtudes que [algumas] coletividades se atribuem são dominadas por fantasias comunitárias” (Elias, 1998, p.20). Revelar isso tem um efeito político relevante, já que passam os setores desprezados a perceber que sua desqualificação e rejeição são também fantasiosas e manipuladoras. Dá-se, então, um passo político importante para a exacerbação da resistência e da luta étnica.

Através da IAP, procura-se esclarecer que as pretensões de superioridade, que aparecem sempre como vantagens dos setores preponderantes, foram construídas ao longo de um dado processo histórico. No caso das pesquisas de Fals Borda, a relevância da IAP está no seu modo de dar vazão aos *ethos* formadores da visão de mundo dos indígenas e dos camponeses.

Conhecer esse *corpus* de valores é, para Fals Borda, Casanova e Stavenhagen, fundamental na luta contra o desprezo e a desqualificação dos povos originários. É essencial,

ainda, compreender como uma forma de mando e de subjugação produziu uma condição psicossocial (gratificação narcisista, sentimento de superioridade em relação aos demais segmentos sociais bem como diversas formas de estigmatizações, difamações, repulsas e depreciações de segmentos populacionais inteiros) que tem sido reproduzida, emocionalmente, nos e pelos grupos preponderantes.

Construir um saber “*sentipensante*”³, que é resultado de uma episteme, ou de uma maneira de conhecer, derivada da vivência de segmentos populares e étnicos específicos, e que seja capaz de gerar uma práxis liberadora de energias criativas vindas do pensar e do sentir. Essa forma de saber era também uma maneira de transformar a realidade através do desvendamento dos elementos psicossociais envolvidos em processos de exclusão profundos. Se os elementos emocionais, conforme diz Elias (1998), têm papel importante no destino das pessoas, trazer à tona, por meio da IAP, as fantasias, os medos e ódios infundados, é uma forma de pavimentar caminhos rumo a mudanças sociais substantivas.

Os sentimentos de repulsa, de superioridade, de inferioridade, as discriminações e os preconceitos têm sido, comumente, orientadores das ações e dos procedimentos dos Estados na América Latina. Há uma direcionalidade do Estado potencializada por tais sentimentos que, no plano racional, favorece, tanto no plano político quanto no social, os mesmos setores preponderantes de sempre. A IAP, ao trazer à tona as fantasias, as mistificações e os sentimentos, revela as engrenagens dos processos de dominação. Daí a importância de conhecer os fatores irracionais ou emocionais que estão arraigados num dado contexto social.

As estratégias de manutenção do *status quo* ou de alteração dele podem estar eivadas de elementos emocionais. Os segmentos dominantes, por exemplo, podem construir muitas estratégias de permanência no poder assentadas na desqualificação e na repulsa de grupos inteiros. Alguns grupos, nem todos evidentemente, excluídos e vulneráveis podem ser levados a acreditar que não possuem qualidades, habilidades e capacidades transformadoras da realidade, crença que pode ter sido inculcada neles, por séculos a fio.

A IAP objetivava construir uma epistemologia capaz de desvendar as condutas, as atitudes, as mentalidades, os sentimentos, as percepções, as expectativas, as perspectivas e motivações de diversos grupos sociais. Ao mesmo tempo que ia desvendando os aspectos emocionais orientadores de estratégias e ações de manutenção e sustentação do *status quo*,

³ Expressão utilizada por Orlando Fals Borda (1985; 2014; 2015) para caracterizar uma forma de construção do conhecimento enraizada no contexto de vida e luta dos camponeses e indígenas (Fernández, 2017). Tal saber, que não separa razão e emoção, deve servir para “obter resultados úteis e confiáveis no melhoramento de situações coletivas, sobretudo para as classes populares” (Fals Borda apud Fernández, 2017, p. XXX). Essa perspectiva tem muita semelhança com as propostas de Paulo Freire de construção do saber e do conhecimento. Sobre isto, ver: (Mota Neto; Streck, 2019; Bringel; Maldonado, 2016).

essa forma de conhecimento denominada ação-participativa lidava com a cosmovisão dos grupos excluídos que vinham vivenciando toda forma de desprezo e desqualificação social.

O saber *sentipensante* ajuda a construir um mapa das possibilidades e dificuldades de mudanças sociais. Vão ficando evidentes tanto as inclinações de muitos grupos preponderantes para a falta de empatia com o sofrimento individual e coletivo quanto os impulsos para não aceitar as diferenças e as diversidades de saberes, conhecimentos e formas de ser e estar no mundo. São muitos os elementos emocionais desvendados por esse tipo de abordagem.

Richard Kilminster (1994, p.11), ao apresentar a obra *Teoria simbólica* de Norbert Elias (1994^a), destaca: “(...) o processo de reformação da nossa imagem dos seres humanos implica, obviamente, a superação de obstáculos emocionais. (...) [Isto é] o problema sociológico de saber até que ponto e sob que condições as pessoas são capazes de se ‘encarar a si próprias’”.

Essa é uma questão-chave, posto que os setores preponderantes, na América Latina, parecem ser portadores de óbices emocionais intransponíveis. Isso porque não conseguem mudar a imagem de superioridade inquestionável que possuem de si mesmos, bem como não mudam, de forma alguma, suas crenças numa suposta condição de inferioridade dos diversos grupos étnicos e raciais que são obrigados a lidar, cotidianamente, com a desqualificação social vinda dos setores mais abastados. A IAP buscava trazer à tona a importância dos conhecimentos, saberes e práticas dos setores populares. A valorização do modo destes segmentos entenderem as suas realidades era constituidora de condições para a construção de demandas sociais e políticas.

A exploração, a subjugação e a exclusão assentam-se não só em fatores racionais, mas também nos obstáculos emocionais que foram se antepondo a qualquer processo de geração das condições de inclusão dos diversos segmentos em um projeto de nação. Rodolfo Stavenhagen (1984) demonstra que há muitos aspectos racionais a serem desvendados nesse processo de sustentação, na América Latina, de políticas favorecedoras de alguns segmentos sociais⁴. Entre eles, pode-se mencionar o modo como algumas teorias foram manipuladas por governantes de forma a privilegiar determinados setores sociais e, ao mesmo tempo, massacrar outros. Os elementos racionais e emocionais andam juntos nessa peleja por afastar do horizonte qualquer possibilidade de vingar, no continente, um etnodesenvolvimento, por exemplo. Sentimentos de desqualificação, repulsa e desprezo pelo modo de produzir a vida econômica e política próprio dos povos originários ajudaram a

⁴ Sobre isto, ver também Quijano (1988; 2005).

formatar a ideia de que somente um desenvolvimento com bases tecnocráticas e excludentes poderia ser almejado e buscado.

Em tais condições, todo e qualquer modelo alternativo de economia, principalmente os ligados à economia agrícola, sempre foram refutados - como diz Stavenhagen (1984) – e considerados como sinônimo de atraso nas formas não só de produzir e de consumir, mas também de ser e estar no mundo. Ao atacar-se um tipo de agricultura tradicional oriundo dos povos originários, atacava-se, fortemente, uma forma de mentalidade e de constituição emocional (sentimento de apreço pelo meio ambiente, pela terra, pela água, pelos animais, pela floresta, pelas sementes e por um modo de produzir os bens essenciais).

O modo emocional de ser daqueles que se apegam a uma economia agrícola foi bombardeado como absolutamente inadequado. A forma racional dos camponeses indígenas de preservar a terra e todo o meio ambiente foi sempre considerada ultrapassada, inadequada e, portanto, superável. Tal racionalidade foi classificada, pelos setores preponderantes, governamentais ou não, como irracionalidade, já que só eram tidos com racionais aqueles modos de ser e pensar reforçadores de um modelo econômico sem qualquer apego à preservação dos recursos naturais⁵.

Formava-se, então, uma maneira de conceber como aceitável aquela economia que, não só racionalmente, mas também subjetivamente, se tentava, conforme assinala Stavenhagen (1984; 1998, 2011), anuviar, na América Latina, a importância da questão étnica. Do ponto de vista racional estava posta a ideia de que os povos originários eram improdutivos, não entendiam de aferição de lucros e de potencialização da produção. No referente aos elementos irracionais ou emocionais ganhava destaque a propagação de uma ideia formadora da convicção de que tais povos eram atrasados e desqualificados para o progresso. Portanto, teriam de ser repelidos e rechaçados em nome de uma outra realidade, a que estava se impondo. Não há dúvida de que isso forma, nos grupos diversos (não somente os dominantes e dirigentes, mas também os intermediários) interessados em forjar a ferro e fogo uma economia tida como moderna, uma mentalidade impulsionadora da convicção de que nada seria possível fazer pelos indígenas e pelos camponeses. Todos teriam de ser enquadrados a uma condição homogênea no que diz respeito a etnicidade.

Como Norbert Elias demonstra no livro *Teoria simbólica* (1994), é essencial compreender “a importância das emoções presentes na simbolização” (Kilminster, 1994, p. XIV). No caso do desenvolvimento econômico, apregoado por aqueles que consideravam os

⁵ Rodolfo Stavenhagen (1984, p.22) diz que nem o capitalismo nem o socialismo estiveram interessados na economia e na cultura camponesas. Os dois modelos de produção estão ancorados no pressuposto de que o camponês e sua economia e cultura vão desaparecer inteiramente.

indígenas e seu modo de estar no mundo⁶ um problema irreversível para a modernização, é nítido que os símbolos de progresso e evolução estão plenos de fatores emocionais, tais como aqueles relacionados aos sentimentos de objeção, de desqualificação e de discriminação de determinados grupos sociais. Por que Elias é uma ajuda nesta reflexão? Porque ele consegue “evitar a tentação racionalista de considerar que os sistemas de símbolos fazem parte de um reino independente da cultura e são dotados de uma realidade autônoma” (Kilminster, 1994, p.XVII).

Forma-se, segundo Stavenhagen (1984; 1998; 2011), dentro de um dado ambiente sociocultural, um *corpus* de razões e sentimentos “calcado[s] na ideia de uma homogeneidade étnica de sua população. De qualquer forma, a maioria ou o grupo étnico dominante identifica-se com a nação, ou, ao contrário, identifica a nação consigo mesmo” (Stavenhagen, 1984, p.30). Em tal sistema de dominação, ou seja, etnocracia⁷, potencializam-se os sentimentos de ódio, repulsa, objeção e desqualificação de grupos étnicos diversos. “O conceito de nação tende a rejeitar a ideia de pluralismo étnico (...)” (Stavenhagen, 1984, p.31).

Ressalte-se que, “na América Latina, há muitas décadas, a assimilação ou incorporação das culturas indígenas tem sido objetivo declarado de políticas governamentais, como parte do processo de construção nacional” (Stavenhagen, 1984, p.31). Tal processo de apagamento das diversidades, das diferenças étnicas tem deixado “raízes profundas nos hábitos sociais dos indivíduos” (Elias, 1998, p.16), de modo geral, e moldado ideias, ideários⁸ (nacionalismos racistas e valores de apagamento de heterogeneidades étnicas, por exemplo), mentalidades, subjetividades (disposições, expectativas e perspectivas) e sentimentos (de ódio, objeção, discriminação e rejeição), que justificam as mais bárbaras violências contra povos diversos, no continente.

A heterogeneidade multitemporal vigente na América Latina, da qual fala Nestor Canclini (1989), e a “justaposição de parcelas da realidade cuja racionalidade remete a temporalidades distintas” mencionadas por Heraclio Bonilla (2008) devem ser consideradas, segundo Stavenhagen (2011), para entender esse embate entre racionalidades e irracionalidades diversas que compõem a tessitura social no continente. Não somente do ponto de vista racional é possível explicar a perenização dos “hábitos autoritários” (Canclini, 1989) e dos regimes paternalistas e seus tentáculos, que alcançam inclusive os movimentos sociais (Canclini, 1989).

⁶ Esta expressão, “modo de estar no mundo” é extraída de um escrito de Armando Bartra (2010, p.113).

⁷ Termo utilizado por R. Stavenhagen (1984, p.30) com base em Theodor Vetter (1853-1922).

⁸ Stavenhagen (1984, p.38) considerava que não se devia forçar uma identificação dos movimentos étnicos com esta ou aquela ideologia política. O que não quer dizer que tais movimentos não eram, muitas vezes, utilizados por este ou aquele agrupamento.

Há tortuosidade no modo como as relações de poder vão se fixando e se renovando. No que se refere aos elementos emocionais (os sentimentos tanto de alguns setores incluídos, que se consideram os únicos capazes de se inserir num mundo em súbitas modificações, quanto de grupos excluídos, que imaginam não haver lugar ou espaços para eles numa sociedade que os alijou de quaisquer participações econômicas ou políticas), observa-se que prevalecem sensações de desencontros em que, por um lado, os que pertencem aos segmentos preponderantes parecem não se identificar com a nação de que fazem parte e, por outro, os que vivem na condição de enjeitamentos e abandonos identificam-se com a nação, porém, nela não há lugar confortável para eles.

Esses desencontros acabam se manifestando inclusive nos processos que buscam instaurar políticas “de reconhecimento constitucional e jurídico” (Stavenhagen, 2011, p. 179). Neles também surgem elementos racionais e emocionais, que são visíveis quando se evidencia que alguns grupos - os indígenas, os negros, os extremamente pobres, entre outros - são tidos, ao mesmo tempo, como “sujeitos de direitos e objetos de políticas públicas” (Stavenhagen, 2011, p.179).

Essas condições revelam as raízes profundas de um modo de conceber alguns agrupamentos, por parte de governantes, técnicos e setores preponderantes de modo geral, como destituídos da capacidade de serem algo mais do que objeto de algumas políticas. Há uma condição emocional de boa parte dos setores mais abastados, na América Latina, que não suportam sequer o fato dos indígenas, dos negros, dos mais pobres serem sujeitos de direitos; imagine-se, então, o tamanho de sua repulsa ao fato de que tais grupos deveriam ser sujeitos de políticas públicas.

Os ordenamentos velhos e novos vão se mesclando e deixando, segundo Bonilla (2008), resquícios, no “inconsciente coletivo” (Bonilla, 2008, p.196), de racionalidades e formas incongruentes de ler e entender o mundo (Bonilla, 2008). Isso impacta, obviamente, os elementos emocionais constitutivos tanto de perspectivas e expectativas, segundo as quais os caminhos sociais e políticos, que levam a algumas melhorias sociais e econômicas, devem contemplar somente os interesses de alguns segmentos que podem se beneficiar de um mundo em abrupta mudança, quanto de recalcamientos de desejos, de vários grupos, de encontrar um lugar na vida econômica e política de um dado país a que pertencem. Nesse caso, os deslocamentos forçados de alguns grupos, muito frequentes na América Latina, levam os demais, de um mesmo agrupamento social, étnico, racial, que permanecem, a pensarem na impossibilidade de soluções para os problemas sociais que os atingem em dados espaços socio-geográficos. Isso produz, também, do ponto de vista emocional, efeitos expressivos nesses segmentos que vivenciam situações de exclusões profundas.

3. Últimas considerações

Dar destaques aos efeitos e consequências dos aspectos racionais e irracionais (emocionais) do colonialismo interno objetivou demonstrar como eles estão entrelaçados e profundamente arraigados, num amplo processo de constituição de sociabilidades excludentes na América Latina. Por meio de subterfúgios comunicacionais diversos, os grupos sociais preponderantes têm indicado que os fatores desqualificadores e potencializadores de sentimentos de repulsa, ódio, objeção e desprezo passam, décadas após décadas, de geração a geração. Há imperativos desabonadores, em relação a vários grupos étnicos e raciais, oriundos das representações negativas que vão passando das esferas emocionais para as esferas racionais. Podem-se citar, como exemplo, os preconceitos e as discriminações presentes no campo do trabalho, da política e da vida social como um todo.

Ao preferir-se uma pessoa de um dado grupo étnico-racial, quando da escolha para o exercício de uma atividade, imaginando-se que ela não seria produtiva o suficiente nem traria a lucratividade pretendida, por causa de suas características étnicas ou raciais, tem-se aí a soma dos fatores racionais e emocionais definidores do colonialismo interno, assentado na tendência para a subjugação de amplos segmentos sociais. Pagar salários menores para indígenas ou negros também demonstra que os fatores emocionais (sentimentos desqualificadores ou invalidadores sociais) e os racionais caminham juntos⁹. Um exame acurado das condições emocionais é, então, fundamental para decifrar os caminhos e descaminhos pelos quais têm passado os países da América Latina.

A dinâmica colonial interna assenta-se numa engrenagem reprodutora de uma visão fatalista que considera como irremediável a situação de grupos étnicos inteiros, como é o caso dos indígenas na América Latina¹⁰. Há uma lógica mantenedora do colonialismo interno que opera racionalmente com esses fatalismos, pois ele favorece determinados interesses econômicos e políticos no interior de uma forma de capitalismo que impõe servidão e exclusão política extremas.

⁹ “Em 2019 (...) a população branca recebeu, em média, 56.6% a mais que a população negra. Os números também mostram que as pessoas negras ainda ocupam postos de trabalho mais precários [serviços braçais e domésticos] (...) [e] são minorias em áreas que exigem maior qualificação” (Hallal, 2020, p.3).

¹⁰ As obras de Florestan Fernandes (1978; 1988) sobre o negro e o racismo oferecem elementos que podem ser caracterizados nos seus aspectos racionais (exploração, subjugação, interesses, materialidades) e irracionais (sentimentos de ódios reprimidos ou não, repulsas, objeções, desqualificações). O diálogo de Florestan Fernandes com as discussões latino-americanas acerca do colonialismo interno pode ser encontrado em: (Costa, 2011).

4. Referências

- Bartra, A. (2020). Tiempos turbulentos. **Argumentos**, 23(63), 91-119.
- Bomfim, M. (1993). **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Bonilla, H. (2008). La metodología histórica y las ciencias sociales. In C. Cadena (org.), **XX años de Ciencias Sociales: memoria del coloquio Internacional (196-203)**. México (DF): Colegio del México Edições.
- Bringel, B.; Maldonado, E. (2016). Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante: O. Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Direito & Práxis**, 07(13), 389-413.
- Canclini, N. G. (1989). **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. México (DF): Grijalbo.
- Casanova, P. G. (1993). **A democracia en México**. México: Era.
- Casanova, P. G. (1998). La formación de conceptos en los pueblos indios: el caso de Chiapas. **Nueva Sociedad**, 154, 42-57.
- Casanova, P. G. (2007). Colonialismo interno. In S. González, et al. (orgs.). **Teoria marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO.
- Casanova, P. G. (2015). **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**. México (DF): Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO.
- Costa, D. V. de A. (2011). Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. **Anais I Circuito de debates acadêmicos** (1-21). Brasília: IPEA. Recuperado em 10 de maio de 2021 de: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf>
- Elias, N. (1991). **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Elias, N. (1994). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Elias, N. (1994^a). **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta editora.
- Elias, N. (1998). **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Elias, N. (1999). Características universais da sociedade humana. In N. Elias, **Introdução à sociologia** (113-145). Lisboa: Edições 70.
- Elias, N. (2001). Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In N. Elias, **Norbert Elias por ele mesmo** (144-163). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (2001^a). **A sociedade da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (2001^b). **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (2006). Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In F. Neiburg & L. Waisbort (orgs.), **Escritos & Ensaios** (21-33). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (2006^a). Processos de formação de Estados e construção de nações. In F. Neiburg & L. Waisbort (orgs.), **Escritos & Ensaios** (153-165). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (2006^b). Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In F. Neiburg & L. Waisbort (orgs.), **Escritos & Ensaios** (197-231). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fals Borda, O. (1956). El campesino Cundi-Boyacense: conceptos sobre su pasividad. **Revista Colombiana de Psicología**, 1 (1), 74-83.
- Fals Borda, O. (1985). Apresentação. In O. Fals Borda, **Conocimiento y poder popular** (13-27). Bogotá: Siglo XXI.

- Fals Borda, O. (1988). *Knowledge as People's Power*. New Delhi: Indian Social Institute.
- Fals Borda, O. (1990). El tercer mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. **Nueva Sociedad**, 107, 83-91.
- Fals-Borda, O., Mora-Osejo, L. E. (2004). La superación del Eurocentrismo: Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical, **Polis**, 7 (1), 1-10.
- Fals Borda, O. (2007). Prólogo. In A. Escobar, **La invención del Tercero Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo** (7-10). Caracas: El perro y la rana.
- Fals Borda, O. (2014). **Ciência, compromisso y cambio social: Antologia**. Montevideo: Lanzas y Letras.
- Fals Borda, O. (2015). *Una sociología sentipensante para América Latina: antología*. México (DF): Siglo XXI Editores, Buenos Aires: CLACSO.
- Fals Borda, O. (2017). *Campesinos de los Andes y otros escritos antológicos*. Bogotá: Universidad Nacional.
- Fals Borda, O. (2017^a). El conflicto, la violencia y la estructura social colombiana. In O. Fals Borda, G. Campos & E. Luna, **La violencia en Colombia** (431-454). Bogotá: Taurus.
- Fals Borda, O., Campos, G. G., LUNA, E. U. (2017). **La violencia en Colombia**. Bogotá: Taurus.
- Fals Borda apud Fernández, N. J. (2017^a). Coherencia e vigencia de la vida y obra del sociólogo Orlando Fals Borda. In O. Fals Borda. **Campesinos de los Andes y otros escritos antológicos**. Bogotá: Universidad Nacional.
- Fernandes, F. (1978). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática.
- Fernandes, F. (1988). O protesto negro. **Revista São Paulo em perspectiva**, 2 (2), 15-17. Recuperado em 21 maio em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_01.pdf.
- Fernández, N. J. (2017). Coherencia e vigência de la vida y obra del sociólogo Orlando Fals Borda. In O. Fals Borda. *Campesinos de los Andes y otros escritos antológicos* (XI-L). Bogotá: Universidad Nacional.
- Hallal, M. (2020, 20 de julho). Abismo econômico entre brancos e negros persiste. **O Estado de S. Paulo**, p.3B.
- Kilminster, R. (1994). Introdução do organizador. In N. Elias. **Teoria simbólica** (VII-XXIII). Oeiras: Celta editora.
- Mota Neto, J. C. da & Streck, D. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, 35(78), 207-223.
- Quijano, A. (1988). **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Lima: Sociedade y Política Ediciones.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In A. Quijano. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais** (117-142). Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- Ramos, A. G. (1957). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes.
- Ramos, A. G. (1960). **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga.
- Stavenhagen, R. (1965). Siete tesis equivocadas sobre la América Latina. **Política Externa Independente**, 1 (1), 1-11.
- Stavenhagen, R. (1984). Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, 9 (1), 11-44.

Stavnhagen, R. (1998). Educação para um mundo multicultural. In J. Delors, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI** (246-256). Brasília: Unesco/Mec, São Paulo: Cortez.

Stavnhagen, R. (2011). Repensar a América Latina desde la subalternidad: el desafío de Abya Yala. In F. Aravena & A. Alvarez-Martin (eds.). **América Latina y el Caribe: globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales** (167-185). Montevideo: Flacso